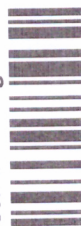




**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3827

Data: 22/11/2017 Horário: 08:41
Legislativo -

INDICAÇÃO Nº _____/2017.

Senhor Presidente, apresento a V.Exa., nos termos do art. 157 do Regimento Interno, a presente **INDICAÇÃO**, a ser encaminhada ao **Excelentíssimo Senhor Governador do Estado**, com cópia para Secretaria da Fazenda Estadual, com finalidade de que seja dispensado a exigência de cobrança de taxas aos beneficiários de isenções relativos aos serviços públicos prestados no âmbito da Fazenda Pública Estadual.

A lei de nº 7.744/2015 acrescentou a tabela V ao artigo 356, da lei nº 4.418/1982 – Código Tributário do Estado, que passaram a ser cobrados os atos da Fazenda Pública Estadual a todos os requerentes.

Já no art. 357 da lei 4.418/82, mas especificamente no inciso XVIII, existe os legitimados isentos das Taxas de Fiscalização e Serviços Diversos, como por exemplo: o Microempreendedor Individual e agricultor familiar e empreendedor familiar rural.

Com isso, a classe empresarial, vem verberando que essas taxas estão sendo cobradas a alguns beneficiários desta isenção, portanto, neste ato, reque ao Excelentíssimo Governador que a norma estadual seja cumprida em sua integralidade.

Além do exposto, esta categoria precisa ter melhores condições, pois vale lembrar que, mais de 95% das empresas ativas no Estado de Alagoas são microempresas ou empresas de pequeno porte contribuintes do ICMS e optantes do Simples Nacional, bem como produtor rural não equiparado a comerciante.

Pelos motivos expostos, espero pela aprovação da presente Indicação pelo Plenário desta Casa de Leis e posterior atendimento pelo Poder Executivo.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM
MACEIÓ, ____ DE _____ DE 2017.**


Jô Pereira

Deputada Estadual



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA**

JUSTIFICATIVA

A solicitação presente, tem como justificativa precípua o próprio Código Tributário do Estado de Alagoas - lei nº 4.418/1982, que isenta a cobrança de Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos a alguns legitimados.

No capítulo II – Das isenções – no art. 357 traça um rol de beneficiários que terão isenções de Taxas de Fiscalização e Serviços Diversos, vejamos:

Art. 357. São isentos da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos:

- I – as certidões fornecidas pelos serventuários da Justiça, que comprovem o direito a recolhimento de notas a serem adiantadas pela Fazenda Estadual que em seus cofres estejam depositadas;
- II – os atos relativos à situação dos servidores públicos em geral;
- III – os atos relativos aos interesses de hansenianos, seus filhos e dependentes, bem como de suas caixas de beneficência;
- IV – os atos e documentos relativos aos presos pobres;
- V – os atos e documentos relativos a assistência judiciária;
- VI – os atos destinados a fins escolares, militares e eleitorais;
- VII – os atos relativos aos interesses de entidades de assistência social, de beneficência ou de cultura, devidamente reconhecidas;
- VIII – os atos relativos aos interesses da União, dos Estados e dos Municípios, bem como das demais pessoas jurídicas de Direito Público Interno;
- IX – os atos relativos aos interesses dos partidos políticos e de templos de qualquer culto;
- X – os alvarás para porte de arma, solicitados por autoridades e servidores públicos, em razão do exercício de suas funções;
- XI – alvarás para funcionamento de cinemas e realização de bailes, desde que sem fim de lucro e sem cobrança de entradas;
- XII – Os alvarás para funcionamento de cinemas instalados em clubes, associações, entidades religiosas e outros, estabelecimentos agrícolas, comerciais e industriais, desde que os espetáculos sejam exclusivamente destinados à recreação de seus associados ou assalariados.
- XIII – os atos da Fazenda Pública Estadual praticados no interesse de sujeito passivo: (Redação dada pela Lei nº 7.293, de 01.12.2011).**




ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DA DEPUTADA JÓ PEREIRA

- a) Microempreendedor Individual - MEI ou Microempresa, optantes pelo pagamento do ICMS na forma do Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; (Redação dada pela Lei nº 7.293, de 01.12.2011).
- b) agricultor familiar e empreendedor familiar rural, ou suas organizações, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, de que trata a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006; (Redação dada pela Lei nº 7.293, de 01.12.2011).
- c) pessoa natural, relativamente a pedido de benefício fiscal do ICMS, do IPVA ou do ITCD, nas situações relacionadas em ato normativo da Secretaria de Estado da Fazenda; e (Redação dada pela Lei nº 7.293, de 01.12.2011).
- d) relativamente à comunicação, pedido ou apresentação, realizados por meio eletrônico ou digital, nas situações relacionadas em ato normativo da Secretaria de Estado da Fazenda. (Redação dada pela Lei nº 7.293, de 01.12.2011).
(grifado)

Assim, os motivos a que impulsionam o presente pedido são de suma importância para o manejo das atividades dos beneficiários do art. 357, XVIII, considerando a real situação financeira, pois essas cobranças, além de indevidas, oneram os pequenos empresários.

Portanto, havendo essa acessibilidade, será estimulado a produção local e o desenvolvimento dos empresários locais.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, EM
MACEIÓ, ____ DE _____ DE 2017.



Jô Pereira
Deputada Estadual